

Reflexões sobre a câmara mirim e o brinquedo improfanável

André Cechinel*

Rafael Rodrigo Mueller**

Resumo

O presente ensaio propõe-se a discutir a Câmara Mirim – projeto educativo brasileiro por meio do qual as crianças, após processo seletivo escolar, são convidadas a desempenhar papel político semelhante ao dos deputados na formulação de leis – como proposta que, em vez de ouvir a política característica da infância, estranha e inapreensível, acaba por lhe impor uma forma de intervenção adultocêntrica e, dessa forma, silenciadora. Para tanto, o texto divide-se em duas etapas: primeiro, discute-se a relação entre infância, brincadeira e profanação, para, a seguir, abordar-se o vínculo entre as escolas e a Câmara Mirim como exemplo de submissão do processo educativo a demandas do mundo adulto. Em resumo, se a política da infância interpela a vida adulta sob o ponto de vista da diferença, a estetização da política, tal como praticada pela Câmara Mirim, insere as crianças num mundo ao mesmo tempo previsível e como que inevitável.

Palavras-chave: Infância. Brincadeira. Profanação. Câmara Mirim.

* Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).



Introdução

Você conhece “KidzMondo”? “KidzMondo é mais do que um parque temático. É uma cidade completa, reduzida ao tamanho do mundo de uma criança”. Qual a finalidade de “KidzMondo”? No parque, “as crianças podem experimentar todos os detalhes da vida adulta em um ambiente educativo e divertido” (KIDZMONDO, 2014). Voltado para crianças de 2 a 14 anos e com franquias em países como Líbano, Emirados Árabes, Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Jordânia, Azerbaijão, Egito, Marrocos e Kuwait – mas com contratos já assinados para abertura de novos parques em mais de 20 lugares da Europa –, “KidzMondo” permite que seu filho brinque em bancos, aeroportos, postos de combustíveis, pistas de corrida, delegacias de polícia, fábricas, entre várias outras das maravilhas do mundo adulto. E, como no mundo adulto, é claro, as crianças podem escolher exercer uma entre as mais de 120 profissões à disposição, pois, a bem da verdade, cabe a elas aprender desde cedo que nada é de graça e que trabalhar é preciso. Mas não se preocupe com a segurança do seu filho: o parque, além de possuir centenas de câmeras espalhadas para rastrear qualquer pessoa, firma parcerias apenas com empresas e marcas famosas, que asseguram o desenvolvimento e crescimento sustentável da cidade – Ford e Burger King estão entre os renomados parceiros.

Ora, se muitas vezes vislumbramos uma agenda implícita ou mesmo secreta por detrás da lucrativa indústria do consumo voltada para as crianças – “quanto mais atraentes, no sentido corrente, são os brinquedos, mais se distanciam dos instrumentos de brincar” (BENJAMIN, 2002, p. 93), aproximando-se, portanto, de outra coisa que não da brincadeira –, o intuito de “KidzMondo” é claro, visível a todos, e é justamente por conta dele que os pais levam suas crianças ao parque. Em outras palavras, o propósito do parque não é outro senão a antecipação da vida adulta, um processo de aclimatação que, quanto mais precoce, menos doloroso será. Se a realidade do trabalho e do consumo é incontornável, mais fácil apressá-la o máximo possível, salvaguardando as crianças de impasses que podem desacelerar o processo de ajuste às leis da vida, ou melhor, às leis do mercado: conforme lemos no sítio, “em KidzMondo, as crianças (*Kidz*) podem ser o que quiser! Nos diferentes estabelecimentos, as crianças podem utilizar o estetoscópio para examinar os pacientes; podem ser policiais para manter a ordem; podem apagar incêndios e construir prédios!” (KIDZMONDO, 2014). De resto, elas podem de pronto aprender a conviver com os paradoxos da vida contemporânea: de um lado, constroem prédios; de outro, reciclam o lixo e plantam árvores, libertando a consciência da improdutividade da culpa.

Líbano, Kuwait, Jordânia... “KidzMondo” pode parecer tão somente um fato longínquo, distante, um lugar de neutralização da infância que jamais baterá às nossas portas. Mas será mesmo? A rigor, se compreendermos “KidzMondo” exatamente como isso, ou seja, como um projeto de precarização da

infância, de captura antecipada dos “seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não entendem nossa língua” (LARROSA, 2015, p. 183), que são as crianças, então “KidzMondo” já é uma realidade instituída nas várias praças por meio de propostas semelhantes de silenciamento dos “seres estranhos” que, como tais, representam uma alteridade radical e perigosa para a vida adulta. Em suma, diante da infância e de sua “absoluta heterogeneidade em relação a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença” (LARROSA, 2015, p. 185), multiplicam-se os “KidzMondos”, isto é, as tentativas de impedir a entrada irruptiva da infância e do porvir.

Eis um caso exemplar: em 2006, a Câmara dos Deputados do Brasil realizou, “pela primeira vez em sua história, uma sessão mirim para deliberação de projetos de lei elaborados por crianças. [...] Depois do sucesso dessa sessão em que o plenário foi ocupado por parlamentares mirins, o programa ganhou o nome de Câmara Mirim e passou a acontecer uma vez por ano, sempre em outubro, em comemoração pelo mês das crianças” (CÂMARA MIRIM, 2016). Projeto que conta diretamente com a participação das escolas brasileiras, por meio da seleção de estudantes do ensino fundamental responsáveis por desempenhar o papel de deputados, a Câmara Mirim incentiva o envolvimento das crianças nas tomadas de decisões políticas na Câmara dos Deputados, como um suposto ato, ao mesmo tempo, de educação e cidadania. Discordando frontalmente desse pretexto, o presente texto defende justamente o argumento de que a chamada Câmara Mirim constitui uma forma silenciosa, porém não menos eficiente, de “infanticídio”, de enclausuramento da infância em uma lógica análoga à de “KidzMondo”. Para tanto, o texto divide-se em duas partes fundamentais: em um primeiro momento, tecem-se considerações iniciais sobre a relação entre infância, brincadeira e profanação; a seguir, discute-se diretamente o vínculo entre as escolas e o projeto da Câmara Mirim como exemplo não só da precarização da ideia de infância mas também da submissão do processo educativo infantil às demandas do mercado e do mundo adulto.

A brincadeira como profanação

Em célebre passagem do texto intitulado “Velhos brinquedos”, de 1928, Benjamin (2002, p. 87) observa que “jamais são os adultos que executam a correção mais eficaz dos brinquedos – sejam eles pedagogos, fabricantes ou literatos –, mas as crianças mesmas, no próprio ato de brincar”. Rindo de tudo – “[...] consideremos falsa toda verdade em que não houve ao menos uma risada!” (NIETZSCHE, 2011, p. 202) –, de modo a impedir que as coisas se fixem num determinado uso específico, para as crianças não há brinquedo quebrado, ou brinquedo que não possa ser adaptado, transformado: “uma vez extraviada, quebrada e consertada, mesmo a boneca mais principesca transforma-se numa eficiente camarada proletária

na comuna lúdica das crianças” (BENJAMIN, 2002, p. 87). Há na brincadeira das crianças, nesse sentido, um gesto de libertação dos usos prescritivos, capaz de desierarquizar e redimensionar, por meio da ressignificação, o campo das regras estabelecidas seja pela pedagogia ou pelos fabricantes de brinquedos – o universo dos códigos enrijecidos do mundo adulto.

Logicamente, quanto mais industrializadas as formas, isto é, quanto mais detalhados os manuais de regras que instituem os modos “corretos” de manusear um determinado brinquedo, tanto mais este se torna estranho ao jogo do imprevisto que caracteriza a relação entre a criança e o brincar. Seja como for, é evidente que tais regras, embora assim possam desejar, não conseguem impedir por completo os desvios criativos operados pela infância: “As crianças, que brincam com qualquer bugiganga que lhes caia nas mãos, transformam em brinquedo também o que pertence à esfera da economia, da guerra, do direito e das outras atividades que estamos acostumados a considerar sérias” (AGAMBEN, 2007, p. 67). Nas mãos das crianças, por mais que o desejo de controle seja ditado por regras complexas, estabelecidas em longos manuais, nada escaparia aos usos acidentais e criativos: até mesmo “um automóvel, uma arma de fogo, um contrato jurídico transformam-se improvisadamente em brinquedos” (AGAMBEN, 2007, p. 67). Brincar significa, em última instância, realizar uma operação profanatória, instituir um uso inesperado.

Ora, mas o que significa “profanar” um brinquedo? O que é um gesto profanatório? Segundo Agamben, no ensaio intitulado “Elogio da profanação”, sagrado é tudo aquilo que pertence ao domínio dos deuses e que, dessa forma, é subtraído da esfera do uso comum entre os homens. Profanar seria, nesse esquema, restituir ao domínio do uso humano aquilo que havia sido dele removido para o circuito do sagrado: “se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava [para os juristas romanos] a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens” (AGAMBEN, 2007, p. 65). Em poucas palavras, se a religião, por um lado, é precisamente o domínio daquilo que “subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada”, o profano refere-se àquilo que, por meio do toque ou de uma manipulação dessacralizante, “desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado” (AGAMBEN, 2007, p. 65-66). Conforme Agamben declara, uma das formas mais comuns de efetivar a passagem do sagrado ao profano dá-se por meio de práticas que desregulam os ritos do sagrado, ou seja, que empreendem um desvio inesperado em frente a acordos prévios.

Em seu texto, Agamben (2007, p. 66) assinala que há um vínculo profundo entre as esferas do sagrado e do jogo: “a maioria dos jogos que conhecemos deriva de antigas cerimônias sacras, de rituais e de práticas divinatórias que outrora pertenciam à esfera religiosa em sentido amplo”. Com o jogo, no entanto, quebra-se a unidade entre as práticas religiosas e o sagrado, uma vez que as ações do ritual são encenadas

sem alusão direta, mas sim apenas implícita, ao domínio daquilo que se encontra separado. Em última análise, se é verdade que o jogo não abole completamente a esfera do sagrado, também é verdade que opera um desvio político importante na separação que ele profana. Assim, a brincadeira das crianças converte-se em profanação no exato momento em que incorpora o ritual, por exemplo, fazendo dele um novo uso que não responde integralmente às regras do religioso. A brincadeira é tão mais potente quanto maior for o potencial profanatório que nela estiver instituído.

Contudo, “o jogo como órgão da profanação está em decadência em todo lugar” (AGAMBEN, 2007, p. 67), e isso se deve, em particular, segundo Agamben (2007, p. 71), ao fato de que o capitalismo “generaliza e absolutiza, em todo âmbito, a estrutura da separação que define a religião”. Se o ato de profanar implica restituir as coisas ao uso comum, o “capitalismo como religião” (BENJAMIN, 2013) consiste fundamentalmente em executar a operação inversa, preservando intacta a estrutura religiosa de todas as atividades humanas ao mantê-las, portanto, distantes de qualquer ideia de uso. Em última instância, no capitalismo, o consumo impede o uso a partir de um sistema de substituição perpétua de mercadorias que, tão logo o proprietário as reconhece como suas, já precisam ser trocadas. (Não é preciso aludir ao fato de que a satisfação gerada pela aquisição de uma mercadoria por vezes se desfaz no exato momento em que o cartão de crédito assinala a compra como concluída). Para Benjamin (2013), o paradoxo central do capitalismo, em sua constituição religiosa, se estabelece do seguinte modo: se na religião o elemento da culpabilização estabelece a esperança tendo por base a possibilidade de redenção da alma, de salvação do ser, no capitalismo a esperança da salvação do ser se transforma em seu próprio esfacelamento. Consequentemente, o capitalismo demanda um processo de subjetivação em que o consumo desmedido, desvinculado de uma materialidade pautada na supressão de necessidades básicas, estrutura-se em prol da realização de desejos individuais, criando a ideia de culpa – o sujeito escravo de seus desejos mundanos.

O consumo é aquilo que nega o uso; e o consumismo, então, a figura definitiva de um mundo improfanável, porque sempre separado de nós: “se, conforme foi sugerido, denominamos a fase extrema do capitalismo que estamos vivendo como espetáculo, na qual todas as coisas são exibidas na sua separação de si mesmas, então espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar” (AGAMBEN, 2007, p. 71).

Já se disse que a criança constitui um outro radical, cujo nascimento, cuja presença enigmática nos coloca diante “de uma verdade que não aceita a medida do nosso saber, com uma demanda de iniciativa que não aceita a medida do nosso poder, e com uma exigência de hospitalidade que não aceita a medida de nossa casa” (LARROSA, 2015, p. 186). Desse modo, não cabendo em medidas pré-estabelecidas, a infância representa um risco para as estruturas enrijecidas do mundo adulto, que se apresentam como forçosas ou

metafísicas, mas cuja historicidade o nascimento de uma criança acaba por sempre desvelar. É por isso que a infância se apresenta, inevitavelmente, como uma “palavra de risco”: “a entrada na infância reabre para a humanidade a dimensão do futuro, a partir da conexão com um passado que ainda persiste, que não termina como etapa concluída de um tempo sucessivo, que encaminha todas as coisas para um fim” (BINES, 2012, p. 214). Ao reabrir a humanidade para um outro mundo possível, a infância reinaugura o risco do uso em meio às mercadorias sagradas e improfanáveis do capitalismo, e por isso cabe a este a tarefa de neutralizá-la desde cedo.

O mundo proposto por “KidzMondo” e parques afins, a rigor, projeta a infância como um campo que abriga potenciais consumidores, sem jamais admiti-la como “palavra de risco”, responsável por interpelar e historicizar, através de usos imprevistos, aquilo que se apresenta como inevitável. Em outras palavras, a ideia de infância é preservada se capaz de gerar consumo e eliminar o uso; para a dimensão profana dessa mesma infância, que alimenta o uso ali onde o sagrado se apresenta, por outro lado, reserva-se um brinquedo como que improfanável. Vale a pena assinalar uma vez mais a destruição da infância tal como operada em “KidzMondo”: “Primeira etapa da visita: uma passagem pelo Audi – o maior banco do Líbano, parceiro do projeto. Ali, as crianças podem escolher: depositar em sua conta um cheque de boas-vindas de 50 kidlars (a moeda local) ou sacá-lo. Elas também dispõem de um cartão de crédito em seu nome [...]”. E no parque elas aprendem que brincar pode custar muito caro: “Às vezes, alguns querem pagar em dólares ou em libras libanesas, e então nós respondemos: ‘Não, se você quer este brinquedo, primeiro você precisa trabalhar’. É aí que nossa vocação educativa se torna evidente. Porque este é o objetivo do KidzMondo: ensinar às crianças ‘que dinheiro não dá em árvore’” (CHALLOT, 2013). A perspectiva adultocêntrica de “KidzMondo” converte as crianças em seres alienados de si mesmos, submetidos a um futuro que se lhes apresenta como incontornável, repleto de bancos, dinheiro, profissões, profissionais, redes de *fast food*, *outdoors*, câmeras de vigilância, famílias, delegacias, funcionários, patrocinadores, ar-condicionados, luzes artificiais – enfim, o mundo adulto, em miniatura e naturalizado.

Câmara Mirim e o mundo adulto improfanável

Assim, seguindo o argumento de Agamben, a agenda política da infância corresponde à possibilidade de restituir ao uso comum aquilo que se aloja na esfera do sagrado. Como dito, essa passagem só é possível a partir de uma manipulação profana e imprevista das coisas, contrária às regras que as preservam num terreno separado e sacro. Em resumo, o que há de político na infância refere-se a algo que não se deixa capturar ou reproduzir, a um conteúdo incerto que “dissolve a solidez do nosso mundo e que suspende a clareza que nós temos de nós próprios” (LARROSA, 2015, p. 187). A infância é o descontínuo

que rejeita o programa, a singularidade que ameaça a normatividade das regras; a infância é o surgimento do qualquer. Mas cabe aqui o alerta: “a singularidade qualquer, que quer se apropriar do próprio pertencimento [...] e recusa, por isso, toda identidade e toda condição de pertencimento, é o principal inimigo do Estado” (AGAMBEN, 2013, p. 79). O ser sem identidade, o ser qualquer, que não responde de modo previsível a uma agenda pré-concebida, o ser que institui usos inesperados a coisas sacralizadas, dessacralizando-as, não corresponde exatamente ao que o Estado espera de seus sujeitos. É preciso atribuir identidades estáveis e neutralizar a irrupção enigmática da infância.

Ainda nas palavras de Agamben (2013, p. 10, grifos do autor), o ser qualquer nos possibilita vislumbrar “a comunidade que vem”, pois “não toma, de fato, a singularidade na sua indiferença em relação a uma propriedade comum, mas apenas no seu ser *tal qual é*”. Cabe explicar: o ser qualquer, ao mesmo tempo que preserva o seu ser *tal qual é*, ou seja, ao mesmo tempo que consegue manter a sua singularidade livre das forças homogeneizantes da vida em comunidade, não é de todo indiferente ao pertencimento e à ideia do comum, mas apenas à sua imposição silenciadora. A criança, como um ser qualquer, interpela o mundo adulto a partir da sua singularidade e do seu ser *tal qual é*, mas o faz também sob a possibilidade do pertencimento. A tarefa política da infância tem lugar nesse lugar fronteiro em que o pertencimento jamais significa submissão integral, mas sim, em certa medida, também desajuste. Dessa forma, a criança situa-se, de uma só vez, dentro e fora da própria vida que lhe dá origem, sendo esse impasse condição indispensável para sua atuação política e profana. Se o consumo nega o uso, insistindo numa troca perpétua de mercadorias, a criança é o qualquer irrastrável, capaz de provocar o curto-circuito da separação religiosa.

A incompletude da criança, enquanto um “ainda-não-adulto” é, simultaneamente, a promessa de perfeição e a imperfeição atual. Nesse sentido, a representação da infância é socialmente determinada, pois expressa os desejos e as possibilidades vindouras, bem como as recusas e a negação de atribuições da sociedade e dos adultos que nela vivem. Compreendemos que a relação entre o mundo adulto e a infância se estabelece por meio da autoridade do adulto sobre a criança e que, necessariamente, nessa relação se expressam as formas dominantes de autoridade de uma dada sociedade. A “adultização” da criança, a redução do tempo da infância e do brincar, em vistas de uma antecipação da vida adulta e de sua carga de responsabilidades, é a síntese de tais formas de dominação: uma biopolítica, nos termos de Foucault (2008), aplicada à infância.

Para Charlot (2013, p. 171), a “criança é um ser socialmente rejeitado”. Ela é totalmente afastada das relações vinculadas à produção da existência e só passa a ser considerada em sua condição própria, de forma direta, enquanto consumidora e, indiretamente, como filha de consumidor (a). A partir de uma

racionalidade econômica pragmática, verificada em sua expressão mais desenvolvida no capitalismo contemporâneo, a criança e seu o processo de “adultização” se estabelecem tendo em vista uma espécie de capitalização (CHARLOT, 2013). A educação da criança se transforma assim em uma “poupança” ou em “ações da bolsa de valores”, como um investimento a médio e longo prazo. Nesse caso, a antecipação da vida adulta e da carga de responsabilidades sobre si e sobre os outros, providenciada seja pelas relações sociais cotidianas (a ida a um “KidzMundo” ou a participação na Câmara Mirim) ou pela educação formal (o “acúmulo” de diplomas e certificados), insere a criança em uma lógica de produtividade futura, na qual a família pode se beneficiar em termos futuros de um suposto “capital familiar” (CHARLOT, 2013, p. 196).

Em sua condição dominada de “ainda-não-adulta”, a criança participa muito pouco das decisões nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive daquelas que lhe dizem respeito diretamente. Consequentemente, “é apenas em caráter consultivo (na família), ou enquanto figurante (na escola), ou em simulações organizadas pelos adultos (‘como é que as crianças votariam?’) que nos dirigimos a ela” (CHARLOT, 2013, p. 172).

Ora, é justamente aí que a Câmara Mirim se converte em projeto silenciador: a proposta de incluir as crianças na vida política da sociedade adulta não se dá a partir da aceitação da política que é própria à infância, irreprodutível, inapreensível e, em uma só palavra, profana, capaz inclusive de deixar entrever uma outra política possível. O convite se faz a partir do adulto, com vistas a preservar de modo intacto – e, pode-se dizer, separado – um funcionamento político que não raro tem se revelado antidemocrático, excludente e corrompido; a bem da verdade, o convite que se faz à infância é o da estetização da política – aprender, desde cedo, a imitar os trejeitos e a linguagem daqueles que supostamente conduzem a sociedade –, e não o da politização da vida, gesto para o qual, aliás, a infância não precisa ser convidada, pois dele participa desde sempre, ao ocupar a zona limítrofe e profana do dentro e do fora. Em “KidzMundo”, como já se observou, não há esfera política alguma, há tão somente trabalho-dinheiro-consumo, em uma articulação inescapável. Na Câmara Mirim, por outro lado, há apenas “política”, não a política da infância em seu impulso desregulador, mas a mesma política-simulacro, a política-espetáculo com a qual o mundo adulto se acostumou a conviver. O sítio intitulado “plenarinho” define assim a Câmara Mirim:

O Câmara Mirim acontece todos os anos, promovido pelo Plenarinho, portal infantil da Câmara dos Deputados. As crianças enviam projetos de lei sobre assuntos de seu interesse. Os autores dos três melhores projetos vêm à Brasília em outubro para defender sua proposta em comissão e no Plenário da Câmara dos Deputados. Cerca de 350 crianças e adolescentes, trazidos por suas escolas e câmaras mirins municipais, viram deputados e deputadas por dois dias, discutindo e votando os projetos na Câmara. No dia 20 de outubro, os projetos serão discutidos em três comissões. No dia seguinte, crianças e adolescentes tomarão conta do Plenário Ulysses Guimarães,

ocupando a Mesa Diretora, a tribuna, tendo voz, vez e voto, igualzinho ao trabalho dos deputados. Não é muito legal? (CÂMARA MIRIM, 2016).

Com efeito, ao afirmar que as crianças têm “voz, vez e voto”, o que se diz, na verdade, é que elas serão ouvidas – a palavra lhes será concedida – contanto que atuem estritamente no campo da legalidade do mundo adulto. “Dar a palavra”, nesse sentido, não significa “fazer com que as palavras durem dizendo cada vez coisas diferentes, fazer com que uma eternidade sem consolo abra um intervalo entre cada um de seus passos, fazer com que o devenir do que é o mesmo seja, em sua repetição, de uma riqueza infinita”, ou “dar o que não se tem” (LARROSA, 2001, p. 291); significa, isso sim, impor um modo único e exclusivo de dizer e uma forma rígida e absoluta de validação do que é dito, tudo isso sob o pretexto da suposta abertura à alteridade das crianças. Não por acaso, logo a seguir, de modo sintomático, lemos que a participação na Câmara se dá “igualzinho ao trabalho dos deputados”. Vale mais uma vez observar, no entanto, que, embora a Câmara Mirim deseje contar com a inserção das crianças sob o ponto de vista da semelhança, ou mesmo do mimetismo – imitar um destino como que irremediável e uma política estetizada –, a política da infância é da ordem das singularidades, da diferença, do inapreensível. A Câmara Mirim, em vez de dialogar com a infância, institui, antes, um retrato único e exclusivo de si mesma e da intolerância do Estado em frente às políticas desviantes do ser qualquer.

As leis já aprovadas na Câmara Mirim, por via de regra, confirmam uma sensibilidade adulta introjetada nas crianças, uma forma legalista e pré-conceitual de responder aos impasses da vida em sociedade. Sob a forma da atuação política, incentiva-se o olhar fiscalizador e punitivo, característico, por exemplo, de um biopoder autoritário e regulador: “Lei: fumo perto das crianças. Artigo 1º Fica determinado que não é permitido o fumo de cigarros perto de menores de 18 anos. Parágrafo único - Define-se perto como até 12 (doze) metros de distância. [...] Artigo 3º O cidadão que desobedecer à lei será punido com multa de 1 (um) salário mínimo” (CÂMARA MIRIM, 2016). Independentemente do mérito das propostas, não resta dúvida de que por trás de grande parte das leis defendidas e/ou aprovadas na Câmara Mirim jaz o universo das regras e sensibilidades de um mundo adulto legalista, intolerante e excludente, que vê o outro como um potencial criminoso a ser controlado e eventualmente separado do convívio social. Se a Câmara Mirim realmente ensina algo às crianças, trata-se precisamente disto, de cultivar desde cedo um olhar incapaz de estranhar os regimes e dispositivos de identificação que estabelecem os binarismos excludentes do nosso convívio social. A sacralização das

leis é o instrumento último para a preservação do rígido corte entre, por exemplo, “normal” e “anormal”.

Se a educação institucionalizada por vezes imprime aos sujeitos “[...] toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira) [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 149), a aliança entre as escolas e o poder legislativo, tal como operada pela Câmara Mirim, sofisticada ainda mais a lógica disciplinar que estrutura o aparelho educativo do Estado. Assim, se de fato “uma criança alcança o verdadeiro no próprio instante em que aparece como alguém singular e irrepetível, como uma pura diferença irreduzível a qualquer conceito [...], como um puro enigma que nos olha cara a cara” (LARROSA, 2015, p. 196), a escola não pode aliar-se a um projeto que obedece a um impulso contrário, isto é, que instrumentaliza a infância por meio da oficialidade que impõe gestos firmes, um olhar atento ao “impróprio”, uma fala convicta de si e uma conduta legalista homogeneizante e reprodutivista. Atuando no campo das leis, as crianças veem-se afastadas da própria política profana que lhes é particular, uma política que, em vez de produzir regras que separam, está associada a um gesto profanatório errante que, como tal, investe de uso aquilo que deste estava privado.

A Câmara Mirim, por um lado, é um lugar de simulação; ela “simula a atividade legislativa, desde a elaboração do projeto até a votação em comissões da Câmara e no Plenário” (CÂMARA MIRIM, 2016). A infância, por outro lado, “não é o que está presente em nossas instituições, mas aquilo que permanece ausente e não abrangível, brilhando sempre fora de seus limites” (LARROSA, 2015, p. 185). Paralelamente, a escola, nesse esquema, se vê diante de dois projetos irreconciliáveis: de um lado, uma política institucionalizante, que prevê como tarefa do sistema escolar introduzir as crianças em um mundo posterior, definitivo e improfanável (futuro, progresso etc. são suas bandeiras); de outro, uma infância para-institucional, ou melhor, não institucional e desestruturante, a qual a escola acolheria sob o ponto de vista das singularidades plurais. Pensar a escola é pensar a sua tarefa diante desses projetos incompatíveis, para os quais a Câmara Mirim coloca-se como um caso simbólico, exemplo aqui submetido a escrutínio.

Apontamentos finais

Ainda no livro *Profanações*, mas dessa vez no ensaio intitulado “Genius”, Agamben comenta que “as crianças sentem um prazer especial em se esconder. E não para serem descobertas no final” (AGAMBEN, 2007, p. 19). Hesitantes quanto à visibilidade que as sujeita a identificações fixas e a cumprir papéis específicos, as crianças encontram, “no próprio fato de ficarem escondidas, no ato de se refugiarem na cesta de roupa ou no fundo de um armário, [...] uma alegria incomparável, uma palpitação especial, a que não estão dispostas a renunciar por nenhum motivo” (AGAMBEN, 2007, p. 19). Ao contrário da sociedade do espetáculo, que tanto mais brilha quanto maior o seu poder de difusão e exposição, ou quanto mais estímulos gera, as crianças procedem por uma tática da invisibilidade, rejeitando de imediato qualquer identificação plena. A um esconderijo que pressupõe o reencontro posterior, elas preferem, em contrapartida, a suspensão da entrega, a alegria do não reconhecimento, do não pertencimento. Na brincadeira de esconde-esconde, cujo desfecho seria o esclarecimento de todos os lugares recônditos, como um ato ao mesmo tempo de rebeldia e fidelidade, as crianças não se oferecem à luz, evitando assim comprometer o espaço mágico do desaparecimento.

É pensando nas crianças e em sua paixão pela invisibilidade que Benjamin (2013, p. 99) redige o seu pequeno guia dos esconderijos, voltado, em particular, para a arte de esconder ovos de páscoa: “esconder significa: deixar rastro. Mas invisível. É a arte da mão leve”. Situada na zona limítrofe entre o visível e o secreto, a arte de esconder ovos é também um exercício de honestidade: “quanto mais arejado por um esconderijo, tanto mais engenhoso será. Quanto mais exposto aos olhares de todos os lados, tanto melhor” (BENJAMIN, 2013, p. 99). Essa arte sutil é característica da política da infância, pois dirige-se ao outro num jogo ambíguo de ocultamento e revelação, localizado no exato limite entre deixar-se apreender e acabar por escapar por entre os dedos, desestabilizando aquele que quer identificar. À luminosidade que tudo esclarece e expõe, a arte de esconder propõe um jogo de sutilezas e provocações: “jogo honesto: esconder tudo de modo a que possa ser encontrado sem se ter de deslocar nenhum objeto. Mas também sem pôr nada a descoberto” (BENJAMIN, 2013, p. 99). Brincar significa, para a criança, efetuar pequenos desvios.

Em oposição aos esconderijos, à diferença, ao singular, ao imprevisível, ao furtivo, em resumo, ao inapreensível e profano da política da infância, “KidzMondo” e a Câmara Mirim realizam uma intervenção que encerra essa mesma infância no esquema da visibilidade absoluta e do controle efetivo do que se situa às margens da lei. Em outras palavras, reagindo à brincadeira que desloca as coisas da esfera do sagrado para o campo do uso comum, o convite que o adulto faz para que a criança participe integralmente do seu mundo se dá a partir de um brinquedo como que improfanável, um jogo que não

permite que suas regras sejam alteradas. O resultado efetivo é o alinhamento gradual do desviante à norma, alienando-o de si mesmo e sacralizando o mundo que se lhe apresenta como definitivo. O brinquedo improfanável é a estratégia final do capitalismo para neutralizar a possibilidade de resistência que a abertura do novo – no caso, a infância – sempre reserva. Mas cabe aqui lembrar as palavras finais de Agamben (2007, p. 79) naquele mesmo texto, “Elogio da profanação”: “a profanação do improfanável é a tarefa política da geração que vem”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Tradução: Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Profanações*. Tradução e apresentação: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

_____. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BINES, Rosana Kohl. Infância, palavra de risco. In: GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Orgs.). *Escritas da violência, vol. 1: o testemunho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

CÂMARA MIRIM. Câmara Mirim. *Plenarinho*, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.plenarinho.gov.br/camaramirim>>. Acesso em: 8 maio 2016.

CHALLOT, Mona. Em Beirute, um estranho “mundo das crianças”. *Le Monde Diplomatique Brazil*, São Paulo, 1º nov. 2013. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1533>>. Acesso em: 8 maio 2016.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. São Paulo: Cortez, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhete. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KIDZMONDO. Sítio institucional. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.kidzmondo.com/landing>>. Acesso em: 8 maio 2016.

LARROSA, Jorge. Dar a palavra. Notas para uma dialógica da transmissão. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 281-295.

_____. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Reflections on the children house of congress and the non-profanable play**Abstract**

This essay intends to discuss the Children House of Congress – a Brazilian educational project through which children, after selective process in schools, are invited to play a political role similar to that of deputies in the formulation of laws – as a program that, instead of listening to children's particular politics, strange and ungraspable, imposes an adult-centered and silencing intervention. For this purpose, the text is divided into two parts: first, it discusses the relationship between childhood, play, and profanity; after that, it addresses the link between schools and the Children House of Congress, as an example of how the educational process sometimes incorporates the demands of the adult world. In summary, if childhood usually challenges adult life from the point of view of difference, the aestheticization of politics, as practiced by the Children House of Congress, inserts children in a world at the same time predictable and apparently inevitable.

Keywords: Childhood. Play. Profanation. Children House of Congress.

Reflexiones sobre la cámara mirim y el juguete improfanável**Resumen:**

Este trabajo se propone discutir la Cámara Mirim - proyecto educativo brasileño a través de lo cual se invita a los niños, después del proceso de selección de la escuela, para ejercer un papel político similar al de los diputados en la formulación de leyes - como un programa que, en vez de escuchar a la política característica de la infancia, extraña y difícil de alcanzar, impone una forma de intervención adulta y por lo tanto un modo de silenciamiento. Por lo tanto, el texto se divide en dos etapas: en primer lugar, se analiza la relación entre la infancia, el juego y profanación, para, a continuación, abordar el vínculo entre la escuela y la Cámara Mirim como un ejemplo de la presentación del proceso educativo a las demandas del mundo adulto. En resumen, si la política de la niñez desafía a la vida adulta desde el punto de vista de la diferencia, la estetización de la política practicada por la Cámara Mirim, inserta los niños en un mundo al mismo tiempo predecible e inevitable.

Palabras clave: Infancia. Jugar. Profanidad. Cámara Mirim.

André Cechinel

E-mail: andrecechinel@gmail.com

Rafael Rodrigo Mueller

E-mail: rrmueller@unesco.net

Enviado em: 25/05/2016

Aprovado em: 20/10/2016